

ATA DA LCVI REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reunião do Conselho Estadual de Saúde /SES
Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

DATA: 27/02/04

HORÁRIO: 09:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmem Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Rosina Moritz Silveira, Luis Antônio Silva, Flávio Magajewisk,, Raquel Bittencourt, Roberto Hess de Souza, Sônia Machado de Souza, Lester Pereira, Sônia Regina Linsmeyer, Isabel Cristina Funck, Hanna Karine Barcelos.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Marlene Madalena Possan Foschiera (Chapecó), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Luis Carlos Pereira (Guaramirim), Tadeu Geronasso (Mafra), Antônio Carlos Koeche (Lages), Silvano de Pariz (Quilombo), Orlando Fávero (Luzerna), Arnaldo Lovatel (Xanxerê), Jandira Miriam Rogério (Palmitos), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Daníria Souza da Rocha (Lauro Muller), Julita Schramm (Gaspar), Deodato Raul Hrusschka (São Bento do Sul), Antônio Pedroso (Agronômica), Maria Célia Tomé Toazza (Araquari).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LCVI Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 09:15 horas, sob a coordenação de Marlene Madalena Possan Foschiera, com a presença dos membros acima descritos.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

- Ofício 14/04, do Colegiado de Secretários da AMREC, informando a substituição da Secretária Gladis Lenusia Kesting de Siderópolis, pela Secretária Daníria Natália Souza de Lauro Müller como membro da CIB/COSEMS;
- Ofício 04/04, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios da Região do Contestado, solicitando revisão da PPI ambulatorial/média complexidade referenciada para Joinville, pelo motivo do prestador de Canoinhas não concordar com o atendimento preço SUS;
- Comunicação Interna nº 124/04, da Diretoria de Planejamento e Coordenação, encaminhando Relatório digital da 4ª Conferência Estadual de Saúde/2003;
- Ofício 048/04, da Secretaria Municipal de São Bento do Sul, solicitando providências quanto a pactuação interestadual envolvendo os municípios de divisa com outros estados.

APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata da LCV Reunião Ordinária de 29/01/04, sem ressalvas. A aprovação da Ata da LC Reunião Ordinária de 18/12/03, ficou para a próxima reunião.

1. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

2. Habilitação de Municípios à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada

3. Aprovadas as habilitações em Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada dos municípios de Braço do Norte, Ituporanga e Rio das Antas.

4. Pólo de Capacitação / Financiamento dos Pólos Regionais

5. Aprovada a planilha de Financiamento dos Pólos Regionais de Capacitação Permanente, conforme anexo.

6. PPI/VISA

7. A Coordenadora CIB/COSEMS disse que o COSEMS propõe a apreciação da matéria por uma Câmara Técnica SES/COSEMS, a qual a CIB concederia autonomia para a aprovação ad referendum durante o mês de março. Indicou para compor a Câmara Técnica os representantes de Guaramirim, Mafra, Canoinhas, Morro da Fumaça e Florianópolis, sob a

Coordenação do assessor técnico do COSEMS, Hélio Livino da Silva. Tendo sido consensuada a proposta, com posterior indicação dos membros da SES. A representante de Jaraguá do Sul, Nanci Zimmermann colocou-se a disposição para fazer parte dos trabalhos.

8. TEMAS PARA DISCUSSÃO

9. Relatório 2000/2003 do TAM (Termo de Ajuste e Metas) - VISA

10. A Diretora de Vigilância Sanitária, Raquel Ribeiro Bittencourt, fez a apresentação do Relatório das Capacitações realizadas em Vigilância Sanitária e Atualização em Instrumentalização, citando quantidade, carga horária e custo total.

12. Situação CACON / Porto União

13. A Coordenadora CIB/COSEMS disse que o COSEMS é favorável à aprovação do CACON (Média e alta complexidade), desde que o gestor e prestador de serviço estabeleçam conjuntamente com os municípios da região um protocolo de acesso para a média complexidade em ortopedia, já que atualmente faz apenas a alta complexidade. Sugeriu que a SES assessorasse os municípios para a criação de protocolos, vinculando o credenciamento ao acesso à ortopedia da média e alta complexidade. Aprovado.

14. Situação TRS - Balneário Camboriú

15. A Coordenadora CIB/COSEMS manifestou o parecer do COSEMS dizendo que era contrário ao credenciamento, por não haver, do ponto de vista epidemiológico, necessidade do serviço, disponível a menos de 8 km, em Itajaí. Solicitou à SES que fosse feito um estudo da incidência de pacientes nessa região, que fosse estabelecido protocolos e oferta de capacitação em TRS no Estado. Sugeriu que a SES contratasse assessoria externa (indicando os nomes de Gilson Carvalho e Lenir Santos) para defesa em relação à liminar da justiça para o credenciamento, bem como que fosse marcada uma audiência com o juiz que a concedeu, da qual o COSEMS se dispõe a participar também.

16. A Diretora de Regulação e Auditoria do Sistema, Maria Teresa Locks, esclareceu que o serviço de TRS de Balneário Camboriú é uma extensão do serviço de Joinville. Disse que Balneário Camboriú retomou uma liminar justificando o óbito de três pacientes por não ter o serviço no município. Sugeriu que fosse agendada audiência com o juiz que concedeu a liminar para os esclarecimentos necessários.

17. Diretor de Ações Regionais, Lester Pereira, colocou que o Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim estaria em Florianópolis no dia cinco de março, e que poderia ser agendada audiência para apresentar a situação dos processos judiciais de Santa Catarina.

18. A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu aos Secretários que fizessem um levantamento das decisões judiciais dos municípios, para que fosse formulado um documento a ser apresentado ao Ministro por ocasião da sua visita a Florianópolis.

19. SAMU

20. A Coordenadora CIB/COSEMS manifestou a proposta do COSEMS conforme segue: 1) que todos os municípios tenham unidades básicas do SAMU, sendo os mesmos responsáveis pelo custeio de pessoal e manutenção; 2) que o Estado seja responsável pela contratação de pessoal e manutenção das Unidades Avançadas e Central de Regulação nos municípios, cabendo à central de regulação determinar o fluxo das unidades básicas. Os recursos dessas unidades ficariam no Estado; 3) o transporte inter-hospitalar estadual que necessitar de UTI, fica sob a responsabilidade do Estado, através das Unidades Avançadas.

21. A Secretária-Adjunta propôs que o COSEMS e a SES discutissem a proposta apresentada pelo COSEMS nos próximos dez dias, para que possa ser pactuada na CIB e homologada pelo Conselho Estadual de Saúde. Saliou que o documento protocolado no Ministério da Saúde não está tramitando, e que o recurso financeiro do Ministério é inferior ao número de projetos apresentados pelos estados.

22. A Coordenadora CIB/COSEMS pediu o entendimento da questão, pois o COSEMS teve que consultar todos os municípios, e que estão dispostos a rediscutir e aprovar ad referendum, ou em reunião extraordinária.

23. A reunião foi interrompida para um contato com o Ministério da Saúde a respeito dos prazos.

24. A Secretária-Adjunta informou que em contato com o Ministério, este, considerando ter sido protocolado o projeto no prazo, propôs mandar para Santa Catarina uma equipe técnica para colaborar na conclusão dos trabalhos, eliminando as pendências, e que no máximo até o dia dez de março, fosse aprovado pela CIB e encaminhado à Brasília.

25. Ficou acordado que a SES analisaria o documento nos dois primeiros dias de março, e que no dia três, às 14:00 horas, seria apresentada a proposta aos oito representantes das Macrorregiões para a formatação do documento, e levado à CIB para aprovação em reunião extraordinária no dia dez, para posterior encaminhamento à Brasília.

26. INFORMES

27. 2ª Mostra Nacional de Produção em Saúde da Família

28. Gerente de Ações de Saúde, Pio Pereira, informou sobre a realização do evento de 28 a 30 de abril, que terá por objetivo promover o intercâmbio de experiências entre profissionais, gestores e demais envolvidos, bem como de identificar elementos que possam contribuir para a sustentação da Saúde da Família como política de organização da atenção básica.

29. Portaria UTI's

30. A Diretora Maria Teresa informou sobre as Portarias 172/GM e 237/GM/MS, no que se refere aos leitos de UTI's cadastrados, e sobre o incremento financeiro por hospital e por município, demonstrando o impacto financeiro nas unidades hospitalares.

31. Relatório Auditoria

32. A Diretora Maria Teresa informou sobre os relatórios de auditoria do estado referentes aos meses de dezembro/03 e janeiro/04, acrescentando que os municípios não encaminharam suas auditorias para a consolidação.

33. A Coordenadora CIB/COSEMS solicitou que os municípios encaminhassem seus relatórios para a juntada.

34. Laudos Represados/Pagamento 50%

35. A Diretora Maria Teresa informou que foi considerada a questão do quantitativo dos laudos, o pagamento da parcela de dezembro/2003, e os critérios administrativos das auditorias. Reiterou o pedido ao COSEMS para que fizesse a análise do modelo contratual para poder dar andamento à questão.

36. e) Sistema Penitenciário

37. A Secretária-Adjunta disse que a proposta preliminar do Sistema Penitenciário foi apresentada na reunião prévia do COSEMS, e que a SES aguarda uma posição para a continuidade dos trabalhos. Mencionou que o Ministério da Saúde colocou um técnico à disposição para discutir em reunião específica com os 27 municípios envolvidos, a SES e a Secretaria de Segurança Pública, para avaliação da proposta e posterior apreciação da CIB.

38. A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu a composição de uma Comissão com representantes de Curitiba, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Concórdia e Florianópolis para fazer parte das discussões do tema.

39. f) Convênios

40. A Coordenadora CIB/COSEMS disse que o COSEMS tem sido questionado a respeito dos diversos convênios realizados, inclusive de distribuição de ambulâncias. Colocou que entendem que a distribuição de recursos deve ser discutida na CIB, a fim de construir a equidade no Estado.

41. A Secretária Jandira Rogério (Palmitos) perguntou quais eram os critérios utilizados para a feitura de convênios. Disse que havia um convênio em Palmitos para recebimento de ambulância, e que a Secretaria Municipal não tinha conhecimento.

42. A Secretária-Adjunta disse que foram feitos dois convênios com Palmitos, e que não existe convênio de ambulância para o Município. Colocou que a SES procura atender pelo menos um pleito por município.

43. A Coordenadora CIB/COSEMS sugeriu que o assunto fosse tratado a parte, pois o item de pauta era informes, e que posteriormente poderia ser trazido à Mesa.

44. g) Saúde do Trabalhador

45. Gerente Pio Pereira relatou os trabalhos desenvolvidos sobre a Saúde do Trabalhador no ano/2003, bem como as ações previstas para o ano/2004.

46. h) Consórcio/ Câmara Técnica

47. A Secretária-Adjunta disse que a Câmara Técnica constituída pelo COSEMS e SES foi dividida em dois grupos para discutir respectivamente a questão jurídica dos consórcios, e a questão dos acessos aos serviços. Mencionou que a proposta é discutir a questão antes de ser apresentada ao Ministério Público.

48. Diretor de Planejamento e Coordenação, Flávio Magajewisk, disse que a próxima reunião da Câmara Técnica aconteceria no dia quatro de março, e que estava sendo feito um levantamento do retorno dos questionários enviados às Secretarias de Desenvolvimento Regionais, para verificarem os Consórcios existentes a fim de se ter clara a questão para poder apresentar uma proposta mais consistente.

49. A Coordenadora CIB/COSEMS disse que não está havendo a participação do COSEMS nas discussões sobre consórcio.

50. A Secretária-Adjunta disse que é preciso corrigir a questão da não participação do COSEMS nas reuniões da Comissão em 2004. Solicitou que os representantes do COSEMS nas Comissões formalizassem suas participações nas reuniões via Secretaria Executiva do COSEMS na pessoa do Assessor Hélio Livino. Pediu que o assunto consórcio fosse trazido para discussão na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2004.